

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

# A IMPLANTAÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO: A PERSPECTIVA DOS DOCENTES

Lucas Labigalini Fuini

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9049>

Submetido em: 2024-06-03

Postado em: 2024-06-11 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o endosso de:

Valdir Roque Dallabrida (ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2927-960X>)

## A IMPLANTAÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO: A PERSPECTIVA DOS DOCENTES<sup>1</sup>

LUCAS LABIGALINI FUINI<sup>1</sup>

ORCID:

<https://orcid.org/0000-0003-0514-8429>

<lucasfuini@ifsp.edu.br>

<sup>1</sup> Instituto Federal de São Paulo. São João da Boa Vista, São Paulo (SP), Brasil.

### RESUMO

A atividade extensionista pode ser considerada um dos eixos da existência dos Institutos Federais, sobretudo no esforço de aproximação das práticas e saberes institucionais com as demandas das comunidades do entorno dos campi. Posto isto, este artigo visa apresentar e discutir a política de Curricularização da Extensão (CE) atualmente em voga na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em específico no Instituto Federal de São Paulo, considerando o ponto de vista do corpo docente sobre esse processo. Desse modo, este texto se apoia em metodologia de pesquisa bibliográfico- documental e de campo, com coleta de dados primários, em um estudo de tipo qualitativo que buscará compreender o processo de implantação da CE, suas vantagens e desafios

**Palavras-chave:** Extensão; Curricularização; Pesquisa qualitativa; Docentes; Instituto Federal de São Paulo.

### THE IMPLEMENTATION OF THE EXTENSION CURRICULARIZATION AT THE SÃO PAULO FEDERAL INSTITUTE: THE TEACHERS' PERSPECTIVE

#### ABSTRACT

Extension activity can be considered one of the axes of the existence of Federal Institutes, especially in the effort to bring institutional practices and knowledge closer to the demands of the communities surrounding the campuses. Having said that, this article aims to present and discuss the Extension Curricularization (CE) policy currently in vogue in the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education, specifically at the Federal Institute of São Paulo, considering the teaching staff's point of view on this process. Therefore, this text is based on a bibliographic-documentary and field research methodology, with primary data collection, in a qualitative study that will seek to understand the CE implementation process, its advantages and challenges.

**Keywords:** Extension; Curriculum; Qualitative research; Teachers; São Paulo Federal Institute.

---

<sup>1</sup> Este artigo é um dos resultados do projeto de pesquisa “A curricularização da extensão e a concepção de Educação Profissional e Tecnológica”, aprovado no Edital Conjunto IFSP e IFSULDEMINAS n. 01/2020, e coordenado pelos docentes Prof. Dr. Vagno Emygdio Machado Dias e Áudria Alessandra Bovo. O projeto foi autorizado pelos Comitês de Ética em Pesquisa do IFSP e do IFSULDEMINAS para pesquisa com seres humanos (n. de registro: 53300921.2.1001.5473).

## LA IMPLEMENTACIÓN DE LA CURRICULARIZACIÓN DE EXTENSIÓN EN EL INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO: LA VISIÓN DE LOS DOCENTES

### RESUMEN

La actividad extensionista puede considerarse uno de los ejes de la existencia de los Institutos Federales, especialmente en el esfuerzo por acercar las prácticas y conocimientos institucionales a las demandas de las comunidades aledañas a los campus. Dicho esto, este artículo tiene como objetivo presentar y discutir la política de Curricularización de Extensión (CE) actualmente en boga en la Red Federal de Educación Profesional, Científica y Tecnológica, específicamente en el Instituto Federal de São Paulo, considerando el punto de vista del profesorado sobre este proceso. Por lo tanto, este texto se basa en una metodología de investigación bibliográfica-documental y de campo, con recolección de datos primarios, en un estudio cualitativo que buscará comprender el proceso de implementación de la EC, sus ventajas y desafíos.

**Palabras clave:** Extensión; Curricularización; Investigación cualitativa; Maestros; Instituto Federal de São Paulo.

### INTRODUÇÃO

A partir do ano de 2018, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia São Paulo (IFSP), por meio de suas Pró-reitorias de Ensino (PRE) e de Extensão (PRX), iniciou um debate sobre interno a creditação e Curricularização da extensão (CE), visando aproximar as atividades que compõem o tripé formador dos Institutos Federais (Ensino, Pesquisa e Extensão, ou E-P-E). Ao mesmo tempo em que buscava valorizar na trajetória acadêmica dos alunos as ações e parcerias com as comunidades de entorno das instituições, constituindo o que se denomina de educação socialmente referenciada. O ponto inicial desse debate foi a Meta 12.7, da Lei n. 13.005/2024, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE).<sup>2</sup>

No ano de 2021 essa ação foi retomada com o uso do termo “Curricularização da extensão” e se apoiou em três etapas: 1. Formação e troca de experiências sobre o tema; 2. Discussão sobre a minuta orientadora contendo instruções sobre o processo (depois tornada Resolução); 3. Implantação através da reformulação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs). Um dos principais documentos norteadores desse trabalho, em nível nacional, tem sido a Resolução nº 7, de 18 de Dezembro de 2018, que estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. No referido documento define-se a Extensão como a [...] atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a

---

<sup>2</sup> Consta na meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) o “objetivo de elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público”. E para o cumprimento dessa meta maior, aparece algumas submetas, como a 12.7, que estabelece que visa “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (<https://normativasconselhos.mec.gov.br>).

Essa resolução dá destaque, a partir de então, à conotação curricular da extensão, complementando em seu artigo 4º que essas atividades devem compor o mínimo de 10% da carga horária dos cursos de graduação, no âmbito da matriz curricular desses cursos. Como atividades de extensão, a título de curricularização, destacam-se os programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços. A partir de então, as discussões de universidades e institutos federais passaram a seguir essa referência legal. Os Institutos Federais, como instituições multicampi e pluricurriculares que oferecem também ensino em nível superior, passaram a partilhar dessa discussão e a promover reformulações em seus currículos para atender à obrigatoriedade legal.

Diante deste contexto, este estudo está apoiado na perspectiva de atividade de Extensão, definida por Gadotti (2017) e baseada na concepção freiriana de educação popular, que traz a visão do extensionismo vinculado às demandas e saberes da comunidade receptora (saberes populares) e contendo uma prática de curricularização apoiada nas concepções de currículo por projetos e interdisciplinaridade, aprendizagem significativa, avaliação formativa e autonomia e concepção dialógica de ensino-aprendizagem. Segundo Gadotti (2017, p. 4), a curricularização da extensão, em geral, “faz parte, de um lado, da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão na universidade, e, de outro, da necessária conexão da universidade com a sociedade, realçando o papel social da universidade” e sua relevância social nas atividades de ensino e pesquisa. Mais especificamente sobre a curricularização da extensão, esse artigo está orientado também nas contribuições de Frutuoso (2020) e em outros estudos e reflexões recentes sobre o tema, como em Jezine (2004) entre outros.

Desse modo, o presente artigo visa analisar esse processo de construção recente da curricularização da extensão no Instituto Federal de São Paulo (IFSP), considerando a importância do extensionismo como atividade acadêmica central na formação cidadã de um aluno em nível superior, apoiando-se em pesquisa bibliográfica, documental e em dados primários, buscando-se compreender melhor o processo de curricularização da extensão e suas implicações. Tem-se como hipótese de pesquisa que a aproximação das propostas curriculares com as atividades de extensão atenderá ao pressuposto de uma formação contextualizada, integral e cidadã. O plano de redação está estruturado em duas partes: na primeira, a analisar a concepção de curricularização da extensão e a curricularização da extensão na Rede Federal, considerando seus marcos legais e institucionais; a segunda, a analisar o processo de

curricularização da extensão no Instituto Federal de São Paulo (IFSP), considerando fontes documentais e primárias, com destaque para a análise categorial de informações obtidas com aplicação de questionários estruturados com docentes.

## METODOLOGIA

Esse trabalho se pauta em metodologia de pesquisa de cunho exploratório e qualitativo, complementada por fontes primárias de dados obtidos através de entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários. Parte de uma abordagem bibliográfico-documental e desemboca em um estudo de campo com a percepção dos docentes do IFSP sobre a temática analisada. Esta pesquisa tem natureza crítica e traz como referencial metodológico a proposta a análise de conteúdo (Bardin, 2011), que sistematiza a totalidade do objeto de estudo em categorias de análise. As categorias de análise estão associadas aos temas inseridos nas perguntas dirigidas aos docentes, categorias estas que serviram como eixos de análise dos dados coletados e sistematizados. Trata-se também de uma pesquisa de tipo qualitativa, que segundo nos informa Godoy (1995), é uma das possibilidades e ferramentas para se analisar o ser humano e as relações sociais nos diversos ambientes em que ocorrem.

As entrevistas foram realizadas entre 27/05/2022 a 19/06/2022, por meio de contato via email institucional. Os *emails* foram preparados e encaminhados, pelo email do pesquisador, para os emails institucionais de docentes de todos os campi consolidados do IFSP. Após 3 tentativas, em semanas consecutivas, foram recebidas 75 respostas, cobrindo 26 unidades ou campus. Essas respostas são consideradas como material de pesquisa neste texto. A participação do respondente entrevistado ocorreu através do envio por escrito do formulário disponível na plataforma *Google forms*. A análise dos dados coletados ocorreu com a tabulação e organização em gráficos e quadros/tabelas, e após essa tratativa inicial, foram agrupados em eixos de análise pertinentes à temática da “curricularização da extensão”.

No quadro abaixo estão destacadas as principais categorias ou eixos de análise das informações coletadas na aplicação dos questionários:

**Quadro 1. Categorias de análise da Curricularização da Extensão (CE) no Instituto Federal de São Paulo na perspectiva dos docentes**

<b>Categorias</b>	<b>Definição</b>
<b>Gênero</b>	Como o respondente se reconhece na perspectiva de gênero, como se auto-afirma
<b>Formação</b>	Formação inicial do respondente, no nível de graduação
<b>Origem</b>	Campus de atuação e atividade principal do respondente
<b>Conhecimento</b>	Noções e consciência do respondente sobre os projetos de CE

<b>Posição</b>	Posicionamento do respondente sobre a CE e sua influência nos currículos e PPCs
<b>Formato</b>	Modalidade de CE adotadas no bojo dos componentes curriculares dos cursos de nível superior
<b>Impacto</b>	Impacto da CE na formação dos estudantes no contexto dos cursos de nível superior e de seus componentes curriculares

**Fonte:** elaborado pelo autor, seguindo orientações de Bardin (2011).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA REDE FEDERAL DE EPCT

Na versão mais recente do Plano Nacional de Educação-PNE (2014-2024), é destacada a estratégia de que 10% dos créditos curriculares de cursos de graduação fossem desenvolvidos em programas de projetos de extensão universitária, com atenção à pertinência social desses projetos, sendo o extensionismo também visto como meio para potencializar a ação regional, de intercâmbio científico e tecnológico e desenvolvimento de tecnologias assistivas de inclusão social.

Para Frutuoso (2020), entende-se a necessidade da curricularização da extensão no país pela constatação do não cumprimento do objetivo constitucional da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, tendo como característica preponderante a flexibilização curricular rumo à uma formação mais crítica e plural, aproximando-se o ensino das atividades de pesquisa e extensão, vistas em diálogo direto com o núcleo epistemológico e o planejamento do curso. A proposta é sair de um formato rígido, rotineiro e disciplinar de curso, levando os alunos a “refletir sobre as grandes questões da atualidade e, a partir da experiência e dos conhecimentos produzidos e acumulados, construir uma formação compromissada com a realidade da população brasileira” (FRUTUOSO, 2020, p. 54).

No âmbito da Rede federal de Educação profissional, científica e tecnológica, um dos primeiros documentos institucionais a destacar a relevância da atividade extensionista foi o Plano Nacional de Extensão, de 2001, elaborado pelo Fórum dos Pró-reitores de Extensão da Rede Federal (Forprext, 2001). Neste documento manifestou-se a perspectiva de que atividade de extensão deveria ir além do assistencialismo de outrora e garantir sua institucionalização, partindo da concepção de que “extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico” (FORPROEX, 2001).

É possível afirmar que uma concepção ideal de prática curricular de extensão, na perspectiva de Educação popular de Paulo Freire (GADOTTI, 2017), reconhece alguns elementos básicos, tais como:

- i. a *integralidade* (currículo como projeto político pedagógico integrado associando ensino-pesquisa-extensão),
- ii. *dialogicidade* (professores, alunos e comunidade externa),
- iii. o *protagonismo dos estudantes* (pensando na autonomia formativa e no aproveitamento curricular),
- iv. a *legalidade, institucionalidade e participação* (do aparato normativo e da colegialidade das instâncias decisórias, envolvendo papel ativo da comunidade externa),
- v. a *amplitude* (em relação aos campos de atuação e áreas de conhecimento com a valorização do conhecimento interdisciplinar);
- vi. a *sensibilidade* às necessidades sociais (com atenção à qualidade de vida de populações empobrecidas).

A própria Lei de criação que a instituiu e que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei n. 11.892/2008) destaca, quanto às finalidades dos Institutos, o desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica, sendo que dentre os objetivos dos IF já é destacado o desenvolvimento de atividades de extensão, considerando: a) os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica; b) articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção; c) desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. A extensão nos Institutos federais segue as referências legais que orientam e regulamentam a prática extensionista na educação superior, ao mesmo tempo em que busca um caminho próprio de extensionismo que se coloca no âmbito da extensão tecnológica.

No “*Extensão tecnológica: Rede Federal de EPCT*” (2013), a atividade de extensão é organizada através de *Programas e Projetos* e será trabalhada nas seguintes dimensões ou possibilidades: Desenvolvimento tecnológico; Projetos sociais; Estágio e emprego; Curso de Extensão ou Formação inicial e continuada-FIC; Projetos culturais, artísticos, científicos, culturais, tecnológicos e esportivo; Visitas técnicas; Empreendedorismo e associativismo; Acompanhamento de egressos. E, dentre as diretrizes, identifica-se um objetivo importante para a curricularização da extensão, que é o de “integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular” (Conif, 2013, p. 17), sendo que essa atividade de extensão pode ter formatos diversos de organização. Essa concepção ampliada de extensão para a Rede EPCT coaduna com a definição abaixo sobre o extensionismo como processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho “com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão

de conhecimentos científicos e tecnológicos visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional” (Conif 2013, p. 16).

Na pesquisa de Frutuoso (2020), dá-se o exemplo do projeto de construção da Curricularização da extensão no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), na qual o autor também atua como servidor técnico-educacional. A partir do ano 2015, com a Resolução n. 35 definida pelo Conselho Superior, que tratou das diretrizes para a inclusão de atividades de extensão nos currículos de cursos de graduação do IFSC, iniciou-se um processo de construção que envolveu reformulações de Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), implantações de novos currículos incluindo o extensionismo e (re)avaliação dessas práticas curriculares. As formas de inserção da extensão no currículo poderiam assumir três perspectivas, segundo a Resolução CONSUP IFSC n. 40/2016: como parte de componentes curriculares não específicos da extensão; como unidades curriculares específicas da extensão; como composição dos dois itens anteriores. A meta era que os ingressantes nos cursos de graduação em 2019 e 2020 já ingressassem com esse novo formato de currículo, no entanto, até o segundo semestre de 2019, segundo dados do autor, apenas 11,1% desses currículos já estavam reformulados. Isso mostra o desafio de se disseminar a prática extensionista nas instituições, além de se implantar novos formatos curriculares que levem os docentes para além dos limites tradicionais e da métrica de carga horária e do *rol* de conteúdos.

Em 2020, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) estabeleceu as *Diretrizes para a Curricularização da extensão*, importante documento que passou a orientar, ainda que de forma mais geral, as práticas de curricularização da extensão, aparecendo como resposta às expectativas da comunidade acadêmica que já se mobilizava em relação ao tema. Nesse documento, a CE é definida como as ações de extensão que estão caracterizadas e integradas aos PPCs (Projetos Pedagógicos de Curso) e matrizes curriculares dos cursos, para efeito do cumprimento da Meta 12.7, da Lei 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação). O mesmo documento destaca que as atividades curriculares de extensão devem ser vinculadas a programas ou projetos de extensão, inserindo os estudantes como protagonistas na sua execução (Conif, 2020). Esse documento propõe que a curricularização é o processo de integração de atividades de extensão ao currículo de ofertas educativas, e desse modo, pode ser feita por meio de dois caminhos: a) como parte de componentes não específicos da extensão (com distribuição de carga horária entre componentes não específicos, podendo ser mobilizada como metodologia educacional nestes componentes); b) como componentes curriculares específicos (inseridos na matriz curriculares voltados ao cumprimento da carga horária extensionista).

Nesse mesmo documento (Conif, 2020), são estabelecidas as etapas que envolvem a construção da Curricularização da extensão nos currículos e cursos de nível superior, destacando-se três níveis:

- a) *Sensibilização*: debate com a comunidade interna e externa e processo formativo que leve em consideração alguns conteúdos/conceitos-chave (interdisciplinaridade, currículo integrado, formação integral indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão);
- b) *Efetivação*: sensibilização e formação da comunidade acadêmica que culmina na realização de atividades de extensão no percurso formativo dos cursos/campi (Exemplo: mapeamento da realidade, diretrizes, experimentação, alteração dos PPCs, organização dos processos administrativo/formais; definição dos meios de planejamento/autoavaliação);
- c) *Consolidação*: estratégias de consolidação da CE e de seu papel na formação dos estudantes e na missão institucional. Considera desde o processo de formação dos servidores (contínuo) até o acompanhamento dos egressos, passando pela relação instituição-comunidade externa/territórios (envolto no planejamento da relação dialógica) e socialização/discussão ampla dos resultados do extensionismo (CONIF, 2020, apud FUINI; DIAS; BOVO, 2023).

Dentre os principais objetivos da curricularização da extensão, destacam-se o de garantir impacto na formação e no protagonismo dos estudantes; a promoção de interação dialógica com a comunidade e os contextos locais, por meio dos cursos ofertados pela RFEPCT, ressignificando-os; a ampliação dos impactos social e acadêmico dos cursos; e a busca de formação e atuação transdisciplinar e interprofissional, com a garantia de atividades de extensão de forma orgânica, permanente e articulada (Conif, 2020).

## **A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO (IFSP): CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS**

O IFSP surgiu em 1909, como Escola de Aprendizes Artífices (EAA), instituição instalada em cada uma das capitais dos estados brasileiros pelo ex-Presidente Nilo Peçanha. Em 1937 são transformadas em Liceus Industriais e em 1942 em Escolas Técnicas Federais (ETEFs). Em 1999 é criado o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (CEFET-SP), com 3 unidades: São Paulo, Cubatão e Sertãozinho. Em 2008 é criado o Instituto Federal de São Paulo (IFSP, “por meio da Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o IFSP passou a ter relevância de universidade (autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar) desenvolvendo, além do Ensino, também a Pesquisa e a

Extensão”(<https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/85assuntos/desenvolvimento-institucional/4100-expansao>).

O Instituto Federal de São Paulo, IFSP, tem como territorialidade atual a sua presença de em 37 campus (em outros 4 em fase de implantação), localizados em 34 cidades do estado mais populoso do país, cobrindo todas as regiões do estado, possuindo mais de 81 mil alunos matriculados e 445 cursos de oferta regular [cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação] (PNP, 2024). Atualmente a instituição oferece sete grandes programas de extensão (“*Programa Cultura Extensionista; Programa de Curricularização da Extensão; Programa Mundo do Trabalho; Programa de Formação Profissional; Programa Mulheres do IFSP; Programa Extensão na Educação Básica; Programa de Arte, Cultura, Esporte e Lazer*”), além de promover centenas de projetos, cursos, eventos e atividades de prestação de serviços, abarcando as seguintes áreas de atuação extensionista: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; e Trabalho. (<https://www.ifsp.edu.br/images/prx/Extensao.pdf>).

Um dos principais documentos norteadores do IFSP, o *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)*, versão 2019-2023, dá destaque à “Curricularização da extensão” dentro do capítulo 2, “Projeto Político Pedagógico-Institucional”, no subcapítulo 2.4, “Políticas de extensão”, no item II “*Programa de Curricularização de Extensão*”. Este documento define a curricularização da extensão como “prática essencial do processo educativo, cultural, científico e tecnológico enquanto dispositivo institucional que se insere no ensino de forma a promover a transformação social” (PDI, 2019, p. 2010).

A posteriori, em 2021, após consultas no âmbito dos campi sobre a Minuta da Curricularização da extensão, foi divulgada a Resolução normativa n. 05/2022 (05/10/2021)<sup>3</sup> que estabelece as diretrizes para a Curricularização da Extensão. Este documento manteve vários elementos da proposta anterior, ainda denominada de creditação da extensão, mas inovou em outros. Como aspectos importantes, podemos destacar: a) a definição de extensão como as atividades e ações formativas, culturais, artísticas, desportivas, científicas e tecnológicas que promovam a relação dialógica e ações transformadoras entre o IFSP e a comunidade externa e

---

<sup>3</sup> Em Julho de 2022 foi divulgada a Instrução normativa n. 05/2022 da PRX/RET/IFSP, que esclarece e orienta sobre os aspectos operacionais dispostos na Resolução Normativa IFSP nº 5/2021, que Estabelece as diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do IFSP e dá outras providências. Essa Resolução define orientações e instruções para aplicação da CE nos cursos superiores, e trata dos seguintes itens: Da atribuição discente; Das ações de extensão curricularizadas: atribuições dos docentes e coordenadores dos projetos; Dos colabores internos e externos; Das atribuições da Coordenadoria/Diretoria de extensão; Das atribuições da Pró-Reitoria de Extensão; Das atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE); Das atribuições do Colegiado de curso; Do aproveitamento de estudos de componentes curriculares com carga horária de extensão; Das atribuições da Pró-reitoria de ensino; Do financiamento das atividades de extensão; Das atribuições da unidade gestora (câmpus); Das atribuições da Diretoria de Tecnologia da informação; Da autoavaliação e dos indicadores; Da ementa do componente curricular.

os arranjos produtivos locais e sociais locais/regionais; b) Integralização da atividade de extensão às matrizes curriculares dos cursos; c) observação de temas transversais na configuração do currículo e das ações ofertadas; d) a incorporação das atividades de extensão podendo ser feitas em dois formatos: como componentes curriculares específicos de extensão inseridos na matriz curricular do curso; ou como partes de componentes curriculares não previstos para a extensão, distribuindo a carga horária para as atividades de extensão em componentes curriculares já previstos no PPC; e) carga horária da curricularização da extensão estará presente no histórico escolar dos alunos, sendo critério basilar integralização de carga horária e conclusão de curso.

O atual momento é de *Implantação e Consolidação* das atividades de CE nos currículos dos cursos, estando, a maioria dos cursos de ensino superior do IFSP, no segundo ano de implantação, com turmas ainda a ser formadas nesta nova perspectiva pedagógica.

## **ESTUDO DE CASO: PERSPECTIVA DOS DOCENTES DO IFSP**

Atualmente o corpo docente do IFSP é composto por 2.896 docentes (sendo 2.541 em dedicação exclusiva), enquanto que o corpo técnico-administrativo conta com 1.936 servidores, responsáveis pelas ações que possibilitam e mantêm o funcionamento do câmpus (<https://www.sbv.ifsp.edu.br/sobre-campus>), além de constar com 81.744 estudantes matriculados (PNP, 2024). Nessa pesquisa, entrevistamos 75 docentes de diferentes campus e unidades do IFSP, tendo essa abordagem um grau de confiança de 95% (e margem de erro de 11%).

### **Gênero**

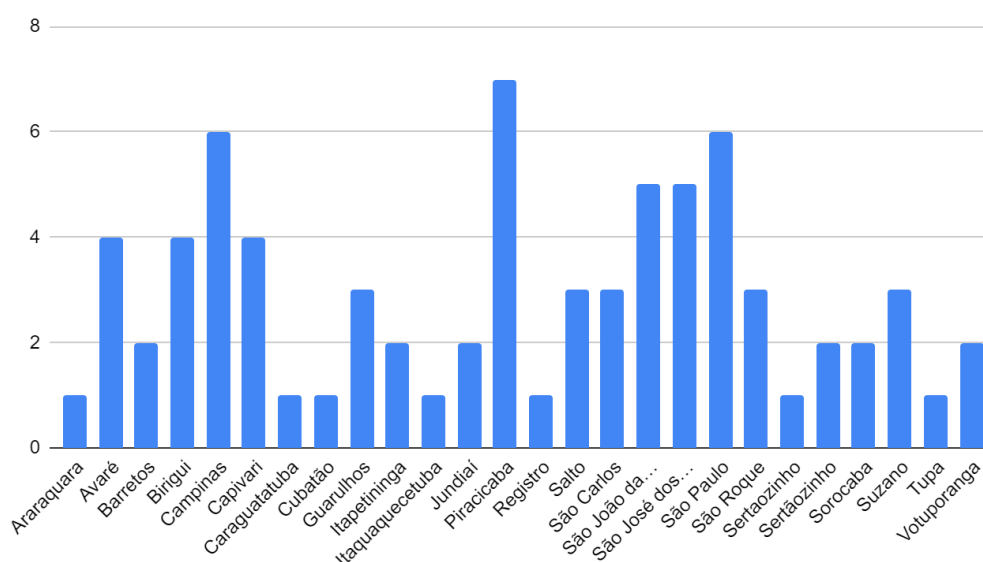
Abaixo é disponibilizada uma síntese das informações advindas de entrevistas com 75 participantes, oriundos de 26 diferentes unidades. Em relação ao gênero (**Figura 1**), 61,3% dos participantes são do sexo masculino, e 38,7% do sexo feminino, evidenciando ainda um predomínio masculino entre o professorado de instituições de educação profissional e tecnológica.



### Origem geográfica

Dentre os campi com participantes na pesquisa, um total de 26, destacaram-se as unidades de Piracicaba, São Paulo, Campinas, São João da Boa Vista e São José dos Campos. Cada um deles tem um histórico dentro da Rede federal e do IFSP, sendo todos eles surgidos com a expansão da rede a partir dos anos de 2006 e 2007, por meio do REUNI - “Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais”.

**Figura 3. Campus do IFSP de origem dos participantes**



**Fonte:** elaborado pelo autor.

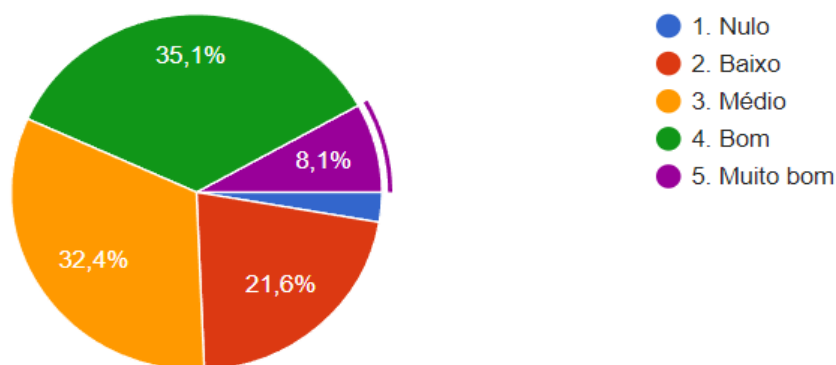
### Conhecimento sobre o tema

Em relação ao nível de conhecimento sobre a proposta (**Figura 4**), contidos na Resolução normativa n. 05, 2021, 35,1% dos participantes mencionam que era “bom”. No entanto, 54% dos participantes entende que esse conhecimento é “médio” e “bom”, mostrado ainda um certo desconhecimento sobre o assunto, mesmo estando-se próximo à obrigatoriedade da inserção da extensão nos cursos de graduação.

**Figura 4. Qual é seu nível de conhecimento sobre a proposta de Curricularização da Extensão em discussão no IFSP?**

**Ver Resolução:**

[https://www.ifsp.edu.br/images/prx/Curricularizacao/Resol\\_Norma\\_05\\_2021\\_Aprova\\_a\\_Curricularizacao\\_da\\_Extensao\\_IFSP.pdf](https://www.ifsp.edu.br/images/prx/Curricularizacao/Resol_Norma_05_2021_Aprova_a_Curricularizacao_da_Extensao_IFSP.pdf)

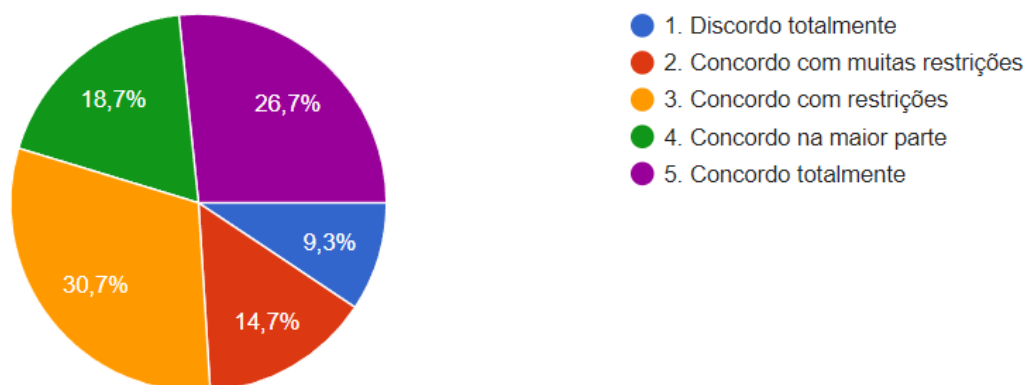


**Fonte:** elaborado pelo autor.

### **Posição sobre o tema**

Em relação ao nível de concordância com relação a inserção das atividades de extensão nos PPCs dos cursos (**Figura 5**), ainda que 26,7% dos docentes se posicionem com “Concordo totalmente” em relação à proposta de inserção de atividades de extensão como créditos curriculares, 30,7% “Concordam com restrições” e 14,7% “Concordam com muitas restrições”, sendo que apenas 9,3% “Discorda”. Esse dado evidencia que, ainda que exista um apoio majoritário à inserção curricular do extensionismo, há nuances nesse posicionamento, com concordâncias e restrições.

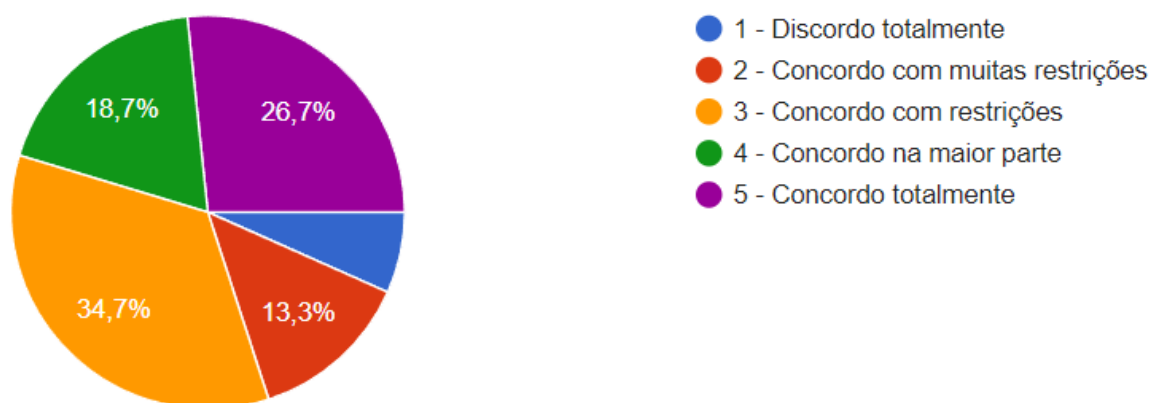
**Figura 5.** Você concorda que a atividade de extensão deva ser inserida nos currículos dos cursos de nível superior (como componente curricular, conteúdo ou prática metodológica de ensino)?



**Fonte:** elaborado pelo autor.

Em seguida, pergunta similar (**Figura 6**) questiona sobre o impacto positivo da CE no planejamento pedagógico das disciplinas. Ainda que a maioria tenha concordância sobre o impacto positivo da CE nos currículos de ensino superior, uma parte dos participantes (48%) “Concorda com restrições ou muitas restrições”, sendo que 26,7% “Concorda totalmente”. Ainda que há época o projeto de CE estivesse em fase de *Sensibilização*, o fato de ter se baseado em ação com força de lei (tinha que ser implantado até 2024, conforme Plano Nacional de Educação), as respostas sobre o impacto pedagógico não poderiam escapar das características do ambiente de discussão, mas se colocaram em posicionamentos diversos sobre o tipo de impacto.

**Figura 6.** Você concorda que a perspectiva da Extensão seria positiva no planejamento didático-pedagógico das disciplinas em que você leciona?

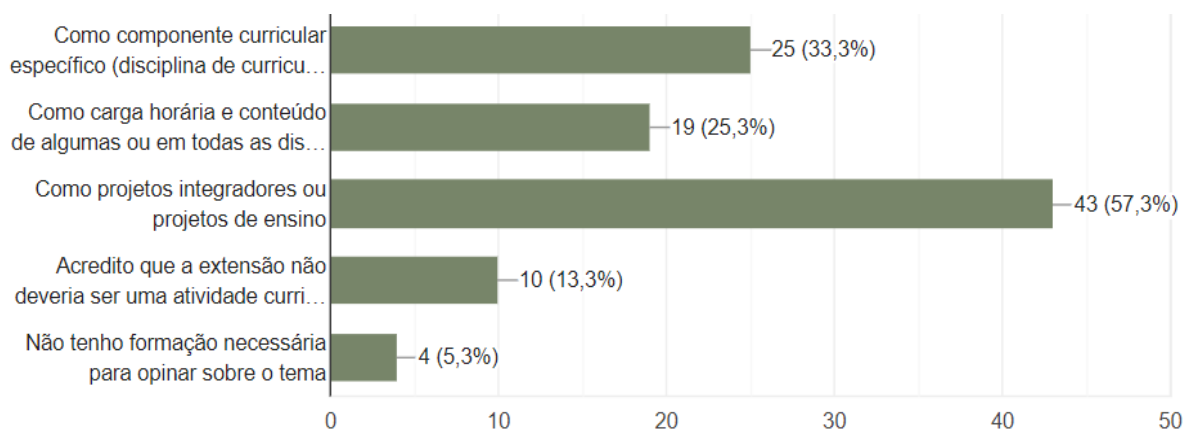


**Fonte:** elaborado pelo autor.

## Formato

Sobre a preferência (**Figura 7**) quanto ao formato da extensão nos currículos dos cursos de nível superior, quando colocados para assinalar opções não-excludentes, maior parte indicou as modalidades de “projetos integradores ou de ensino” e como “componente curricular específico (disciplina de curricularização da extensão)” como formatos mais indicados. Uma terceira opção foi como “carga horária e conteúdo de algumas disciplinas”.

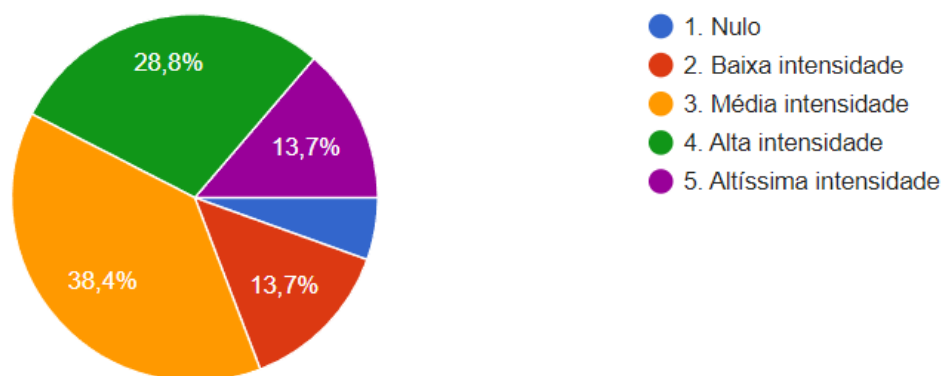
**Figura 7 - Como você preferiria que a Extensão aparecesse nos currículos dos Cursos de nível superior? (pode assinalar mais de uma)**



## Impacto

Tratando dos impactos na formação dos alunos com a CE (**Figura 8**), 38,4% dos respondentes indicaram “Média intensidade” e 28,8% indicam “Alta intensidade”. Nesse sentido, o padrão das respostas pode indicar que esse impacto está associado a carga horária (10% da carga horária do curso) ou a intensidade e aproveitamento dessa carga horária, em um sentido mais qualitativo, de conteúdo e metodologias.

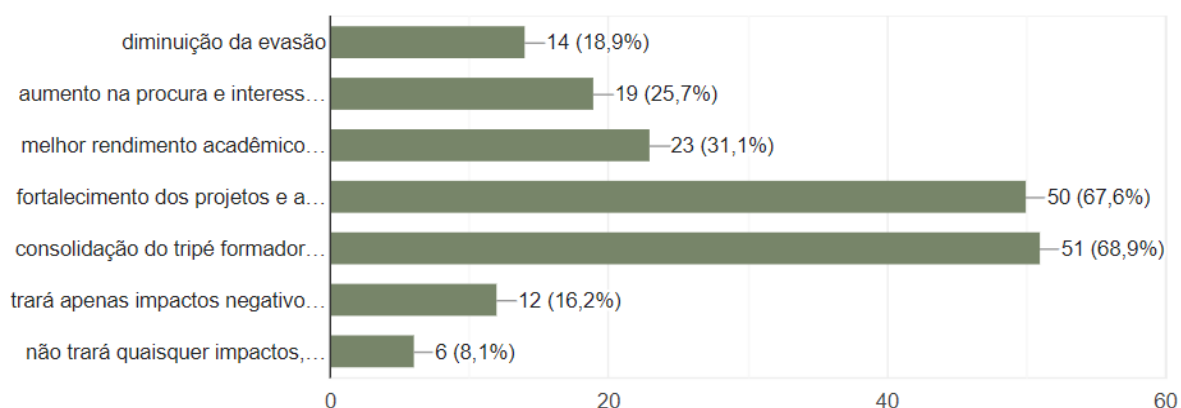
**Figura 8 - Em que intensidade a Curricularização de extensão impactaria positivamente na formação dos alunos dos cursos superiores (Bacharelados, Licenciaturas e Tecnólogos)?**



**Fonte:** elaborado pelo autor.

Sobre a forma como a CE impactará a formação dos alunos (**Figura 9**), maior parte dos respondentes indicou a “consolidação do tripé formador (ensino-pesquisa-extensão)” (68,9%) e o “fortalecimento de projetos e ações de extensão no campus” (67,6%) como impactos mais relevantes, sendo que um segundo patamar de respostas indicou a possibilidade de se “melhorar o rendimento acadêmicos dos estudantes” (31,1%) e “aumento na procura e interesse pelos cursos” (25,7%). Apenas 8,1% indicaram que não haverá quaisquer impactos da CE nos cursos.

**Figura 9 - Em que aspectos a Curricularização da extensão poderia interferir na formação do(a)s aluno(a)s? (é possível assinalar mais de uma 1 alternativa)**



**Fonte:** elaborado pelo autor.

## COMENTÁRIOS E PERCEPÇÕES

Ainda que seja uma medida legal de adequação ao Plano Nacional de Educação (PNE), o advento da CE trouxe à tona opiniões diversas sobre o tema, algumas convergentes e outras divergente entre si, no escopo dos 31 relatos recebidos pela pesquisa. Geralmente o ponto de

convergência foi sobre a possibilidade de inovação pedagógica nos cursos, com as metodologias ativas, e aproximação dos conteúdos estudados com a realidade social e ambiental e as demandas do entorno das campus do IFSP. As divergências ocorreram sobre o risco de burocratização das ações de extensão com a obrigatoriedade da carga horária a cumprir nos cursos e possíveis dificuldades que alguns estudantes poderiam ter de cumprir a carga horária de atividades, como alunos do período noturno e dos cursos de Licenciatura.

Uma das posições favoráveis sobre a CE (um total de 11 respondentes) expõe a oportunidade de se vivenciar experiências que ultrapassam o ensino regular e que podem reforçar o sentido teórico-prático dos cursos. Ressalta-se também o diálogo com a comunidade externa para se buscar um ensino que vá além do modelo academicista e tecnicista, em uma formação mais ampla que aposte na metodologia de projetos.

Nesse aspecto, Jazine (2014) destaca o contexto do debate e a relevância do processo de inclusão da extensão como atividade acadêmica e curricular institucionalizada (assim como o ensino e pesquisa), considerando que se parte de uma visão de [...] extensão *universitária* que pretende deixar de ser uma função esporádica e assistemática e vem a ser tratada como uma função acadêmica, que compõem o pensar-fazer das instituições de ensino, sendo parte integrante do currículo em perspectiva interdisciplinaridade e da indissociabilidade com ensino e pesquisa. Para Pereira e Vitorini (2019), na conclusão de seu artigo, a CE será muito mais que “creditar a ações de extensão no histórico do aluno, já que consiste em uma nova forma de pensar e ver os componentes curriculares, com um ensino vivenciado e ligado à práxis dos sujeitos envolvidos no processo de formação e às demandas da comunidade”

Aqueles que tiveram uma posição intermediária na pesquisa (10 respondentes), aprovando com ressalvas a CE, comentam que apesar de entenderem ser uma oportunidade de inovação nos currículos, ressaltam a importância prévia de um diálogo com a comunidade, aproximando os projetos de extensão dos cursos e a demanda local. Apontou-se também a possibilidade de associar a CE com os estágios obrigatórios e as dificuldades de alunos trabalhadores do ensino noturno em cumprirem essa carga horária. Ressalta-se também, nesse apontamento, a necessidade de aporte de verbas para consecução dos projetos.

Retomando a questão do protagonismo e envolvimento dos estudantes com a realidade social local, apontada nos questionários e relatos, Gadotti (2017) se coloca na defesa da CE como um possível processo emancipatório que leva a incorporar os currículos à lógica da extensão e “possibilita o diálogo entre os saberes e conhecimentos disciplinares dos cursos

universitários (*de ensino superior*) e as questões mais amplas que permeiam a sociedade” (p. 10), apresentando um caráter interdisciplinar, transdisciplinar e interprofissional no sentido de uma formação cidadã voltada a construção de uma intencionalidade emancipatória.

Dos apontamentos contrários, um total de 10, aponta-se que a carga horária não deveria impactar os cursos, que pode demandar atividades extra-classe que os alunos não conseguiriam realizar. Outro apontamento entende que pode haver uma fragmentação entre as atividades do tripé formador dos Institutos federais: Ensino, Pesquisa e Extensão. Questionou-se também que somente estar inserida na ementa de uma disciplina não garantirá a efetivação da CE se não houver mudança na postura docente e nas metodologias de ensino adotadas. Dentre os apontamentos críticos, o estudo de Leandro, Dias e Passos (2023) aponta as dificuldades de se encontrar espaço para a atividade de Pesquisa em um curso de Licenciatura em Matemática, sendo que a CE teria acentuado esse afastamento, criando-se um “não-lugar” para a atividade de pesquisa.

É importante lembrar que no momento das entrevistas (ano de 2022), considerando o cronograma da Pró-reitoria de Ensino (PRE) e Pró-reitoria de extensão (PRX), a luz da metodologia do CONIF (2020), a etapa de construção da Curricularização da extensão estava na fase de transição da *Sensibilização* para a *Implantação*, em momento de submissão das propostas de PPC e currículos para avaliação das instâncias colegiadas superiores (Conselho de Ensino e Conselho superior), após reflexão sobre o tema, debate com a comunidade interna (e consulta a externa) e processo de reformulação do PPC. A efetivação passou a ser verificada com a plena implantação dos PPCs de extensão curricularizados a partir do ano de 2023.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade de extensão é apresentada, nesta pesquisa, como um dos elementos centrais e componentes do tripé acadêmico de oferta de uma educação de qualidade, considerando a relevância da interação dialógica com a comunidade, o envolvimento com os problemas da população e o olhar multi e interdisciplinar da formação atual. Nesse sentido, a Rede Federal de EPCT, ao mesmo tempo em que segue as orientações formais vinculadas ao extensionismo universitário do país, pautado inicialmente no ensino superior, também está envolvida diretamente com a extensão tecnológica.

Como fato novo desse debate destaca-se a curricularização da extensão, processo que vem sendo construído em diversos institutos pelo país e que desde 2019 passou a ser debatido mais incisivamente no IFSP. Apesar de possíveis resistências a essa proposta, que envolve inúmeros e profundos processos de reformulação curricular e pedagógica, tornar atividades de extensão como parte componente dos currículos e PPCs dos cursos de graduação é um esforço para aproximar efetivamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão e tornar mais impactante a formação do estudante e a ação socialmente transformadora da instituição.

Nesse sentido, a luz da análise realizada e dos dados compilados em entrevistas e análises documentais, percebe-se que a CE é ainda uma política e tema em processo de construção no IFSP, situada na fase de implantação, iniciando a tratativa de consolidação. Avanços ocorreram no processo de proposição da questão, que vem a ser também uma determinação do Plano Nacional de Educação e de documentos norteadores internos, e no processo de construção dentro dos NDEs, com manifestações de entendimento sobre a oportunidade que a CE trará para atualização e renovação dos PPCs e currículos dos cursos superiores.

No entanto, considerando que foi um processo que gerou maior mobilização a partir 2021, ponderando-se sobre o tempo limitado para uma discussão tão complexa e que traz questionamentos às tradicionais práticas curriculares disciplinares e academicistas. Vários apontamentos reconheceram a necessidade de formação e capacitação de docentes e servidores técnicos de forma contínua sobre o tema. Nesse sentido, a pesquisa ao momento conclui sobre uma realidade posta de construção da CE que encontra grupos favoráveis, grupos críticos e outros contrários à inserção das práticas extensionistas na carga horária regular dos cursos. As reuniões de NDEs (Núcleo Docente Estruturante) e Colegiados de curso e a implantação dos PPCs que estão sendo construídas realizadas ao momento poderão nos informar de forma mais adequada sobre a compreensão que os órgãos colegiados tiveram sobre a questão e como docentes, equipe gestores e administrativa e discentes conduziram e construiram essa nova realidade curricular na prática.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011 [1977].

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República e Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm).

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**: Lei n. 13.005, de 25 de Junho de 2014. Brasília: Presidência da República: Casa Civil/Subchefia de Assuntos jurídicos. Educação, 2014.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 10/07/2021.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**: Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Brasília: Presidência da República: Casa Civil/Subsecretaria de Assuntos jurídicos. Educação, 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm). Acesso em 20/07/2021.

BRASIL. **Diretrizes para a Extensão na Educação Superior**: Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2018. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 12/07/2021.

BRASIL. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**: Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 14/06/2020.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (CONIF). **Extensão Tecnológica**: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cuiabá (MT): CONIF/IFMT, 2013. Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/extensao-e-cultura/arquivo/2016/extensao-tecnologica-rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica-2013.pdf>. Acesso em: 10/07/2021.

FORPROEX. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Volume 1. Belo Horizonte: UFMG, 2001. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>. Acesso em: 13/06/2021.

FRUTUOSO, Tomé de Paiva. **O processo de curricularização da extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Santa Catarina — IFSC**. 2020. 165 f. Dissertação de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, IFSC, Mestrado ProfEPT, Florianópolis, 2020.

FUINI, Lucas Labigalini; BOVO, Audria Alessandra; DIAS, Vagno Emygdio M. A experiência de curricularização da extensão no Instituto Federal de São Paulo: uma análise introdutória. **Revista Extensão & Cidadania**, v. 11, n. 19, p. 43-66, 2023. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/recuesb/article/view/11848>. Acesso em: 03/02/2024.

GADOTTI, Moacir. **Extensão universitária: para que?** Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: [https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o\\_Universit%C3%A1ria\\_-\\_Moacir\\_Gadotti\\_fevereiro\\_2017.pdf](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf).

GIANELLI, Juliana Gimenes. **A educação profissional e os fundamentos da escola unitária gramsciniana**: o caso do Campus São João da Boa Vista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. 2010. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa**: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas de São Paulo—RAE, v. 35, n.3, p, 20-29, maio/jun. 1995.

IFSP. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI):** 2019-2023. São Paulo: IFSP, 2019. Disponível em: [https://www.ifsp.edu.br/images/pdf/PDI1923/PDI-2019-2023\\_Aprovado-CONSUP-12.03.2019-valendo.pdf](https://www.ifsp.edu.br/images/pdf/PDI1923/PDI-2019-2023_Aprovado-CONSUP-12.03.2019-valendo.pdf). Acesso em: 02/07/2021.

IFSP. **Minuta que estabelece as diretrizes para Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do IFSP e dá outras providências.** São Paulo: Pró-Reitoria de Extensão, 2021. Disponível em: [https://www.ifsp.edu.br/images/prx/creditacao/MINUTA\\_Curricularizao\\_Extensao\\_Consulta\\_IFSP\\_v21.pdf](https://www.ifsp.edu.br/images/prx/creditacao/MINUTA_Curricularizao_Extensao_Consulta_IFSP_v21.pdf). Acesso em: 22/07/2021.

IFSP. **Regimento geral do IFSP.** Resolução n.º 871, de 4 de junho de 2013. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://ifsp.edu.br/images/reitoria/regimento-geral-do-ifsp-1.pdf>.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). **Projeto Político Pedagógico.** Campus São João da Boa Vista, 2017.

JEZINE, Edineide. **As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária.** Congresso de Extensão, 2004. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrent/Gestao/Gestao12.pdf>.

LEANDRO, Everaldo Gomes; DIAS, Maura Araújo; CARMEN, Lucia Brancaglioni. O (não)-lugar da pesquisa nos cursos de Licenciatura em Matemática do IFSP revelado pela curricularização da extensão. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED EDUCAÇÃO E EQUIDADE: BASES PARA AMAR-ZONIZAR O PAÍS, 41ª., 2023, Manaus-AM. **Trabalhos apresentados nos GTs**, Manaus-AM: ANPEd, 2023. Disponível em: <https://proceedings.science/anped-2023?lang=pt-br>. Acesso em: 05/04/2024.

PEREIRA, Noemi Ferreira F.; VITORINI, Rosilene Alves. Curricularização da extensão: desafio da educação superior. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p.01-591 jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/19047/16120>. Acesso em: 19/03/2024.

## APÊNDICE

Quadro 2 - Comentários sobre a Curricularização da Extensão entre docentes do IFSP

Aspectos	Comentários
<b>Favoráveis</b>	<p>R1: <i>Essa proposta de curricularização da extensão deve ser estendida ao Ensino Médio.</i></p> <hr/> <p>R2: <i>Um dos grandes benefícios da Curricularização da Extensão é permitir ao estudante trabalhador vivenciar e compartilhar experiências que vão além das atividades regulares de ensino prevista em seu curso. Em geral os estudantes trabalhadores não vivenciam atividades de pesquisa e de extensão por falta de tempo em suas agendas. A Curricularização da Extensão proporciona tal vivência à esse perfil de estudante que de modo teórico/prático tem a oportunidade de participar da interação dialógica da instituição de ensino com a comunidade externa.</i></p> <hr/> <p>R3: <i>A extensão deve ser considerada como uma via de mão dupla, então, significa que a comunidade externa também contribui com os processos educativos que ocorrem na e com a comunidade interna. É importante frisar que sempre há processos educativos no interior das práticas sociais das comunidades externas. Os processos de extensão que estarão envolvidos na curricularização devem estar atentas a essas nuances para buscarem, ética e cientificamente, as transformações necessárias em cada contexto social. Deste modo, tal como se sabe, não será apenas a academia que "estenderá" seus conhecimentos à comunidade externa. Portanto, há de se ter o cuidado para não meramente academicizar práticas sociais e processos educativos oriundos da comunidade externa, para que não sejam reduzidas as possibilidades de uma formação integral, omnilateral e, portanto, socialmente engajada e transformadora - o que inclui as transformações da própria academia.</i></p> <hr/> <p>R4: <i>Entendo que o artigo 7º da Diretrizes para CURRICULARIZAÇÃO, no seu item III, é da maior importância para que, ofertemos a sociedade um egresso com capacidade de desempenhar não só as tarefas "técnicas" inerentes ao seu curso, mas com uma real consciência da dimensão "social, ambiental e econômica" que lhe cabe na sociedade (inclusive como transformador da mesma).</i></p> <hr/> <p>R5: <i>A curricularização da Extensão é uma oportunidade ímpar para trabalharmos a aprendizagem de uma forma atual e holística, ou seja, por projetos.</i></p> <hr/> <p>R6: <i>É uma forma de trabalharmos com aprendizagem por projetos, uma maneira atual e indiscutivelmente mais eficaz que a metodologia tradicional de ensino.</i></p> <hr/> <p>R7: <i>A curricularização da Extensão traz uma forma atual e mais eficaz para os processos de ensino-aprendizagem, por meio de uma metodologia ativa, a aprendizagem por projetos</i></p> <hr/> <p>R8: <i>A Extensão como parte integrante de todos os componentes curriculares do curso permitem uma formação mais holística e integral (sob os aspectos profissional e humano), permitindo ao aluno encontrar sentido real nos conhecimentos específicos de cada disciplina aplicados à realidade da sociedade onde estão inseridos, auxiliando na resolução de problemas locais, regionais e reais do aluno e de seu cotidiano. Além disso, abre oportunidades dos próprios docentes enxergarem possíveis inserções de sua disciplina na realidade da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de projetos não só de extensão, mas também de ensino e pesquisa voltados para resolução de problemas reais da sociedade atendida pelo curso</i></p> <hr/> <p>R9: <i>Na minha perspectiva existe um ganho não contabilizado no processo de aprendizagem quando o aluno participa de projetos e atividades de extensão que vai além da percepção do indivíduo e de seu papel em coletivo</i></p> <hr/> <p>R10: <i>O desenvolvimento, desde a concepção até a avaliação de projetos de extensão, além de ajudar no desenvolvimento de atitudes, saberes e habilidades transferíveis, também pode fomentar desenvolvimento de responsabilidades social e ambiental,</i></p>

	<p><i>ajudar o aluno a ter o sentimento de pertencimento à instituição e ao curso, promover aprofundamento de aprendizagens e a integração de saberes aprendidos isoladamente nas diversas disciplinas</i></p> <hr/> <p>R11: <i>Estamos reformulando os PPC dos cursos e há ainda muitas dúvidas quanto à implantação, mas acho que aprenderemos muito com o fortalecimento das ações de extensão nos nossos cursos.</i></p>
<p><b>Intermediários (Aprovam com Ressalvas)</b></p>	<p>R12: <i>Creio que a ideia de trazer a extensão para dentro dos cursos é interessante, porém, para isso, teríamos que ter mecanismos institucionais de levar nossos alunos para a comunidade e também de trazer a comunidade para os câmpus; porém o que estamos vendo na prática estará longe disso, inclusive por questões orçamentárias e burocráticas próprias dos IF. Mais uma observação: no caso das Licenciaturas, o espaço para a realização da extensão poderia ser vinculado ao estágio, momento em que os estudantes estão de fato junto com a comunidade escolar da região, e a legislação barra essa possibilidade.</i></p> <hr/> <p>R13: <i>Depende da natureza do curso, o desenho da extensão e o alcance da ação será diferente pra atender a esse desenho.</i></p> <hr/> <p>R14: <i>Acredito que algumas questões ainda estão um pouco complicadas de entender, como a da aprovação dos alunos na extensão quando a curricularização faz parte de disciplinas e não é implantada como um componente específico.</i></p> <hr/> <p>R15: <i>Alguns cursos tem uma aplicação industrial e fica restrita às atividades de atendimento a comunidade devido às características do Curso, Diante disto, toda a atividade que excedente a do estágio, deveria ser considerada como extensão</i></p> <hr/> <p>R16: <i>Há falta de clareza nos documentos normativos (ou de orientação) a respeito do tema no IFSP, por exemplo, ao confundir extensão com ensino ou com a prática como componente curricular. Além disso, a maneira como está sendo proposta a curricularização da extensão, sem a devida garantia de verbas destinadas a bolsas e custeio de outras despesas inerentes aos projetos, pode causar dificuldades na execução dos mesmos.</i></p> <hr/> <p>R17: <i>A extensão ainda precisa se constituir como uma dimensão fundamental no processo de formação cidadã.</i></p> <hr/> <p>R18: <i>Eu sinceramente acho que diante desse mundo em transformação acelerada, a educação também faz parte do processo, acredito que essa curricularização da extensão no IFSP é um projeto inovador, quero muito que dê certo e fortaleça o IFSP, mas, tenho um certo receio, pois, sou professora de um curso noturno, onde vejo um público que trabalha que não tem tempo para fazer atividades extra classe, que tem filhos, família, tenho receio que a curricularização da extensão não seja pensada considerando esse perfil de estudantes.</i></p> <hr/> <p>R19: <i>Antes de falar sobre a circularização deveríamos ter uma extensão mais próxima dos cursos, entendendo a demanda de cada estrutura curricular e mais próxima da comunidade externa, fazendo primeiro um levantamento das demandas de mercado local.</i></p> <hr/> <p>R20: <i>A Extensão poderá trazer sensibilização para realidade, mas poderá também apenas transformar-se num conteúdo teórico, sem efetividade.</i></p> <hr/> <p>R21: <i>Tenho a percepção de que a curricularização é interessante e importante, mas há ressalvas no meu ponto de vista. Não adianta apenas cumprir a exigência quantitativa mínima de inclusão de conteúdos extensionistas na matriz curricular de um curso. A curricularização da extensão universitária é uma oportunidade para que as instituições possam ter legitimidade nas comunidades onde estão inseridas, mas é necessária a construção coletiva entre os atores (docentes, discentes, coordenadores, diretores, comunidade entre outros) de uma proposta que seja verdadeira e não apenas uma proposta que cumpra uma diretriz estabelecida de forma açodada sem um verdadeiro propósito de disseminação dos conhecimentos desenvolvidos intramuros.</i></p>
<p><b>Contrários</b></p>	<p>R22: <i>Acho que a extensão não deveria impactar as disciplinas do currículo.</i></p> <hr/> <p>R23: <i>A preocupação maior em relação à curricularização é a dificuldade por parte dos alunos de ter mais um aumento da carga-horária extraclasse, além das horas de estágio curricular obrigatório. Temos, atualmente, grande parte dos alunos</i></p>

*concluintes do curso de Licenciatura que deixam para realizar o ECS apenas após o término das disciplinas, pois não têm tempo disponível para a realização durante o período normal do curso. Pensar que terão que realizar atividades de extensão vinculadas às disciplinas nos parece algo inviável e que poderia trazer um desinteresse em diversos cursos*

---

*R24: O entendimento do que é extensão, por parte dos decisores do IFSP não contribui para uma verdadeira Extensão. A tal curricularização da extensão está sendo feita de modo a criar espaço em que dissocia a extensão do ensino e da pesquisa.*

---

*R25: Não acredito que deixar as ações de extensão obrigatoriamente nas ementas das disciplinas do curso traga muito retorno se não houver uma articulação entre os professores. Pois, sempre é entendido que a disciplina é uma propriedade do professor e ele faz nela o que bem entende. É muito difícil dividir estas tarefas e portanto, dentro da atual configuração do IFSP não surtirá grandes efeitos.*

---

*R26: Penso que o ideal seria trabalhar com projetos que integrasse docentes, independentemente da disciplina que leciona, sem a necessidade de inserir carga horária nas disciplinas*

---

*R27: O estímulo às atividades de extensão deveria ser realizado através de projetos sem a necessidade de inclusão como componente curricular*

---

*R28: Atividades de extensão que demandem ações no contraturno serão inviáveis*

---

*R29: A curricularização proposta no IFSP, ao invés de propiciar a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, cria uma dissociabilidade da extensão.*

---

*R30: A formação dos professores da área técnica é precária pedagogicamente, com exceções, é compreensível que tenham dificuldades na reflexão sobre o seu ensino, e ainda mais sobre a extensão, uma cultura em desenvolvimento. As dificuldades das engenharias e licenciaturas em exatas de desenvolver a formação técnica dos alunos atualmente, dado que o aumento de vagas nessa área trouxe alunos ao ensino superior com deficiências cognitivas, sejam elas fisiológicas, por falta de oportunidade de desenvolvimento, ou imaturidade para saber os seus objetivos e metas com o ensino superior. Tal contexto pode levar ao aluno priorizar o estudo para as avaliações das disciplinas técnicas e ver a extensão como algo que o atrapalha o objetivo de concluir o curso, o que pode ser corroborado por um ou outro professor, dado o que já expus sobre a formação do professor em exercício atualmente*

---

*R31: Da maneira que está sendo aplicada a curricularização no IFSP, está criando a dessocialização da extensão em relação a pesquisa e ensino*

## ANEXO

Os autores abaixo declaram que participaram da concepção, análise de resultados e contribuíram efetivamente para a realização do artigo: A IMPLANTAÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO: A PERSPECTIVA DOS DOCENTES. Tornam pública a responsabilidade pelo seu conteúdo e afirmam que não foram omitidas quaisquer ligações ou acordos de financiamento entre os autores e companhias que possam ter interesse na publicação deste artigo. Atestam que não têm qualquer conflito de interesse com o tema abordado no artigo nem com os produtos/itens citados. Declaram que o artigo citado acima é original e que o trabalho, em parte ou na íntegra, ou qualquer outro trabalho com conteúdo substancialmente similar, não foi enviado a outro periódico científico e não o será, enquanto sua publicação estiver sendo considerada pela Educação em Revista (UFMG)

Lista de autores (nomes completo)

Lucas Labigalini Fuini, 307.920.798-09

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.